

**JUVENTUDE BRASILEIRA E EDUCAÇÃO**

Álida Leal • Bréscia Nonato • Licínia Correa • Symaira Nonato (Orgs)

# Juventudes e ensino superior

Bréscia França Nonato  
Liliane Gonçalves Fernandes Lima

FINO TRACO  
  
EDITORA



JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes e participação política**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes, sexualidade e diversidade**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes e ensino superior**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes e escolas**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes e indisciplinas nas escolas**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás

JOVENS E ESCOLAS E EDUCAÇÃO

**Juventudes e relações éticas**

Paulo Sérgio de Sousa Martins  
Universidade Federal de Goiás



Todos os direitos reservados aos/as autores/as. Este livro (ou parte dele) não pode ser reproduzido por meios mecânicos, eletrônicos ou por cópia xerográfica sem autorização prévia dos/as autores/as.

**Série de Cadernos Temáticos**  
**“Juventude brasileira e educação”**

**Juventudes e Ensino Superior**

**Autoras:**

Brésicia França Nonato

Liliane Gonçalves Fernandes Lima

**Organização:**

Álida Leal, Brésicia Nonato,

Licinia Correa e Symbaira Nonato

**Capa e projeto gráfico:**

Carol D'Alessandro

**Diagramação:**

Editora Fino Traço

**Cadernos da série**

- Juventudes: culturas juvenis e cibercultura
- Juventudes e ensino superior
- Juventudes e escola
- Juventudes e indisciplina nas escolas
- Juventudes e participação política
- Juventudes e processos educativos
- Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos
- Juventudes e projetos de vida
- Juventudes e relações de gênero
- Juventudes e relações étnico-raciais
- Juventudes, sexualidade e diversidades
- Juventudes e territórios: o campo e a cidade
- Juventudes e trabalho
- Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N812j

Nonato, Brésicia França

Juventudes e Ensino Superior / Brésicia França Nonato, Liliane Gonçalves Fernandes Lima. - Ebook - Belo Horizonte : Fino Traço Editora, 2021.

44 p. : il.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-8054-500-5

1. Educação. 2. Juventude. 3. Ensino Superior. I. Lima, Liliane Gonçalves Fernandes. II. Título.

2021-3328

CDD 370

CDU 37

Bréscia Nonato<sup>1</sup>

Liliane Lima<sup>2</sup>

# Juventudes e Ensino Superior

---

1 Bréscia França Nonato - Pedagoga, doutora em Educação e professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Integra a coordenação do Observatório da Juventude e o Grupo de Estudos sobre Ensino Superior (GEES). Dedicar-se a estudos sobre desigualdades educacionais com foco no Ensino Superior.

2 Liliane Gonçalves Fernandes Lima - Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o Grupo de Estudos sobre Ensino Superior (GEES). Tem interesse nas temáticas: sociologia da educação, democratização e políticas públicas do Ensino Superior.



## **Apresentação Série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**

Cara leitora, caro leitor,

É com muito carinho que dedicamos a você, educadora e educador, a **série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**. Esse é um importante projeto desenvolvido pelo **Programa Observatório da Juventude (OJ)** da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O OJ, iniciado em 2003, inserido na Faculdade de Educação da UFMG, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes<sup>3</sup>. A produção deste material é uma resposta e, ao mesmo tempo, um agradecimento a educadoras, educadores e jovens com os quais temos trabalhado há quase 20 anos. De certo modo, é também uma forma de dar continuidade à experiência exitosa dos “Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio”, produzidos em 2013 como uma das ações do projeto “Diálogos com o Ensino Médio”. Neste novo material, além de algumas temáticas já discutidas ante-

---

3. Para conhecer mais sobre o OJ, acesse o nosso site: <<https://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>.

riormente, ampliamos o debate para além da instituição escolar. Assim, oferecemos outras possibilidades reflexivas na interseção do tema Juventudes com outros campos analíticos.

Nosso propósito é o de oferecer subsídios teóricos, metodológicos, didáticos e pedagógicos a profissionais que trabalham com jovens e demais pessoas interessadas na temática, que desejem refletir, dialogar e propor ações junto a tais sujeitos. A série, elaborada no formato de Cadernos Temáticos, conta com 14 volumes que remetem a diferentes aspectos e dimensões relativas às juventudes e processos formativos.

Cada um dos Cadernos, embora conte com registro de autoria, **foi construído a várias mãos [e corações]**. Por um lado, ao longo do processo de elaboração, foi realizada a leitura coletiva e colaborativa por autores/as dos Cadernos desde sua versão mais embrionária até a versão final, o que contribuiu significativamente para o aprimoramento da escrita dos textos. Por outro lado e de modo especial, contamos com a leitura atenta e cuidadosa da Professora Inês Assunção de Castro Teixeira, referência como educadora e com larga experiência na formação de professores/as. Suas contribuições sinalizaram caminhos para produção de escritos que, sem perder a densidade, fossem mais leves e sensíveis – **o que traduz o “jeito OJ” de ser e construir formação com jovens e educadores/as.**

Tal como aconteceu ao longo do processo de elaboração deste material, entendemos que é com múltiplos olhares que cada um/a de nós, educadores/as, dialoga e constrói saberes com os/as jovens, não é mesmo?! Por isso, nosso objeto de inspiração foi o **CALEIDOSCÓPIO**. Você já ouviu falar, manuseou ou brincou com um caleidoscópio? Esse é um aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas καλός (kalos), “belo, bonito”, είδος (eidos), “imagem, figura”, e ζκοπέω (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Acreditamos que, a partir da leitura dos Cadernos, seja possível construir um caleidoscópio com aprendizagens, olhares, escutas, registros, ações e experiências sobre e com as juventudes. Uma construção que terá como base os conhecimentos que cada um/a já possui, somados às contribuições que buscamos trazer em cada Caderno, propiciando, assim, (re)fazer olhares, (re) construir conceitos, (re)visitar reflexões e, especialmente, **ampliar possibilidades de construção de conhecimento e metodologias com/sobre as juventudes nos diferentes processos educativos!**

Esperamos que cada um/a viva uma experiência caleidoscópica!!! Experiência entendida aqui como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”, como nos diz o professor Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21). De um lado, desejamos que você olhe para os/as jovens com os quais constrói processos educativos a partir de diferentes ângulos, cores e reflexos, buscando compreender que existem diferentes modos de ser jovem. Busque “girar o instrumento” e ajustar as lentes para perceber que os diferentes espaços educativos nos quais os/as jovens estão inseridos/as, as culturas juvenis, a forma como se conectam com as tecnologias digitais, as dimensões dos territórios, os demarcadores sociais de diferenças (raça, gênero, sexualidade), suas formas de participação, sua relação com a saúde e a forma como constroem seus projetos de vida evidenciam que estamos falando de juventudes no plural, requerendo de nós educadores/as múltiplos olhares caleidoscópicos. De outro lado, convidamos você, - como nos provoca Rubem Alves com poesia nomeada “A complicada arte de ver” - a fazer um exercício constante de reflexão e questionamento: afinal, o que os olhos dos seus olhos veem? O que os ouvidos dos seus ouvidos ouvem? Ou seja, o que faço com o que eu vejo e escuto acerca dos/as

jovens com os/as quais eu trabalho? Quem são eles/as? Como eu tenho construído processos educativos com eles/as? Trata-se de um convite para que cada um/a perceba os reflexos, as nuances, os movimentos, as cores e, especialmente, as singularidades das juventudes.

A metáfora do caleidoscópio acompanhou toda a nossa construção e, por isso, em alguns itens do Caderno nos remeteremos a essa inspiração: *Iniciando o giro do caleidoscópio* (introdução); *Outros ângulos, cores e formas: para saber mais* (espaço destinado ao compartilhamento de diferentes linguagens que possibilitam ampliar e adensar questões já discutidas no Caderno); *Focalizando imagens: leia mais* (Indicações de referências acadêmicas); *Juntando imagens e reflexos* (considerações finais) e *Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir* (sugestão de exercício de ação-reflexão-ação contínuo acerca do trabalho com os/as jovens).

Por fim, tal como acontece quando vamos brincar com um caleidoscópio, não há uma ordem a ser seguida para a leitura dos Cadernos. Você pode começar por onde e da maneira que quiser. Convidamos você a olhar para estes Cadernos como se, metaforicamente, estivesse observando para dentro do tubo de um caleidoscópio. Desse modo, é você quem escolhe para onde

deseja girar, a velocidade do giro e se deseja ou não se movimentar diante da luz para focalizar as imagens formadas.

A este respeito, um último detalhe: você notará que, ao organizar os Cadernos de modo circular, será formada uma imagem que nos remete ao giro do caleidoscópio. Este arranjo está presente na guarda (ou seja, no verso da capa e da contracapa) de todos os Cadernos. Nosso intuito foi o de simbolizar que, mesmo podendo ser usados de modo individualizado, os volumes guardam entre si características comuns e se completam. Os desenhos e as cores apresentados em cada volume são algumas dentre milhares de possibilidades imagéticas advindas do caleidoscópio que, assim como as/os jovens, deve ser compreendido por múltiplos olhares, entrecruzando diferentes dimensões e perspectivas.

**Desejamos uma excelente leitura e que sigamos “caleidoscopindo” possibilidades de construção de Pedagogias das Juventudes!**

*Álida Leal, Bréscia Nonato, Licínia Correa e Symaira Nonato*

## Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 2002. p. 20-28.

RUBEM, Alves. A complicada arte de ver. *Jornal Folha de São Paulo*, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 20 de mar de 2022.





### Iniciando o giro do caleidoscópio

*Houve um tempo em que se pensou que a educação podia tudo e houve um tempo em que se pensou que a educação não podia nada. Acho que o grande valor da educação está em que não podendo tudo, pode muita coisa. Assim, uma das tarefas da gente como educador, é exatamente refletir sobre o que é possível. (Freire, 2014; p.213)*

Caro/a colega leitor/a,

É com grande alegria que aceitamos o desafio de escrever um Caderno, no qual podemos dialogar sobre as juventudes e o Ensino Superior. Até três décadas atrás, falar de juventude, acesso e permanência no Ensino Superior significava dizer de uma juventude de classe média ou, com vivências que se distanciavam muito daquelas experiências das juventudes de camadas populares, que concentram a maior parcela de jovens

de nosso país. Hoje, mesmo que a juventude, enquanto fase da vida, continue sendo vivenciada de forma muito distinta entre os diferentes grupos sociais, pois ainda é marcante a desigualdade social, é inegável que a possibilidade de acesso ao Ensino Superior foi ampliada e que jovens - pobres, negros/as, periféricos/as, com deficiência, indígenas e quilombolas – têm maiores chances de acessar e concluir este nível de ensino.

Em diálogo com jovens e com colegas educadores/as, temos percebido que além de barreiras objetivas que dificultam o acesso dos/as jovens ao Ensino Superior - tais como a não conclusão do Ensino Médio, as desigualdades de acesso ao processo de escolarização e qualidade dos mesmos, a defasagem em relação aos conteúdos cobrados no ENEM - para aqueles/as que conseguem superar essas barreiras, existe um grande desconhecimento sobre os mecanismos e possibilidades de acesso à educação superior. Mesmo com as informações veiculadas nas diferentes mídias, muitos/as jovens de camadas populares do campo e da cidade desconhecem as políticas públicas de acesso e permanência neste nível de ensino. Especialmente entre os/as jovens provenientes de escolas públicas notamos, por exemplo, grande desinformação sobre a gratuidade das instituições públicas, sobre a existência de muitas bolsas de estudos em instituições privadas, tanto quanto lhes faltam informações relativas aos programas

governamentais presentes em nosso país, voltados para o autofinanciamento do Ensino Superior.

Mesmo entre nós educadores/as, vinculados/as a diferentes espaços educativos, há desconhecimento sobre as formas e possibilidades de acesso ao Ensino Superior e precisamos pensar por que isso acontece: dentre aqueles/as que tiveram o desejo, quantos/as de nós tivemos a oportunidade de ingressar e concluir o Ensino Superior? Quais foram os desafios enfrentados? Quais foram os auxílios e suportes com os quais pudemos contar? Quais as dificuldades encontradas para a permanência e conclusão da graduação?

Não podemos ignorar que há muitos/as profissionais que trabalham com jovens, nos mais diversos espaços educativos, aos/às quais não foi oportunizado o acesso ao Ensino Superior. Certamente, a inexperiência relativa quanto a este nível de ensino pode dificultar uma orientação mais assertiva sobre as possibilidades de prolongamento de estudos de nossos/as jovens das escolas públicas para além da Educação Básica, mas isso não impede que, como educadores/as, sejamos importantes suportes e incentivadores/as daqueles e daquelas que desejam trilhar este caminho.

Diante desses desafios e a partir da compreensão de que o Ensino Superior é um direito de todos/as, neste Caderno faremos

uma discussão sobre juventudes e Ensino Superior, tendo como foco os desafios para o acesso a este nível de ensino. Nosso desejo é que este Caderno contribua para indicar caminhos aos/às jovens que vislumbram o Ensino Superior e para o desenvolvimento do trabalho dos/as nossos/as colegas educadores/as que queiram auxiliar aos/às jovens nesse caminhar.

## **Desigualdades e acesso ao Ensino Superior: uma discussão necessária!**

São frequentemente apresentadas aos/às jovens questões como “O que você quer ser quando for adulto/a?” “Você sabia que para ser alguém na vida tem que estudar?” “E agora que terminou e o Ensino Médio você vai fazer o quê?” Essas questões, que são discutidas com maior profundidade no Caderno “Juventudes e Projetos de Vida”, nos remetem a toda uma construção social sobre a juventude como um “não lugar”, um “vir a ser”, indicando que o/a jovem para “ser alguém” precisa desenvolver um processo de escolarização em seus diferentes níveis. De fato, em nossa sociedade, uma escolarização mais longa tende a possibilitar postos de trabalho mais prestigiados social e economicamente.

Certos de que todos os processos formativos têm uma importância que não pode ser quantificada e hierarquizada e tendo o Ensino Superior como um dos caminhos possíveis, gostaríamos

que você refletisse sobre duas questões: será que para todos/as os/as jovens que desejam prolongar seus estudos, seguir para além do Ensino Médio, tem sido garantido este direito? Quais condicionantes sociais e educacionais ampliam ou reduzem essa possibilidade?

Ainda estamos distantes de romper com o contexto histórico de desigualdades que atravessa o Ensino Superior brasileiro, mas importantes pontes, como as diversas políticas voltadas para o acesso e permanência no Ensino Superior, têm sido construídas, tais como as cotas sociais e étnico-raciais para as universidades. De outra parte, existem muitos/as jovens que são os/as primeiros/as de sua família a ingressar em um curso superior e isso traz possibilidades de mudanças na realidade social não só desses sujeitos e de suas famílias, mas de todo seu grupo social que passa a enxergar o acesso ao Ensino Superior como uma realidade possível, como um sonho realizável.

Se, para alguns/algumas jovens, o acesso ao Ensino Superior é encarado como algo natural, algo presente, algo normal em seu contexto familiar e projetos de vida ou como um prolongamento garantido de sua Educação Básica, para muitos/as a conclusão do Ensino Superior é vista como um elemento de distinção dentro do grupo social, como algo distante. Isso se deve,

sobretudo, à desigualdade estrutural existente em nosso país há séculos.

Charge de Luan Cabral



Fonte: Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/A-reforma-do-ensino-medio-e-o-abismo-entre-a-escola-e-a-universidade>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

## Charge de Lézio Junior



Fonte: Gris Lab. Disponível em: <<https://grislab.com.br/os-abismos-do-acesso-a-educacao-em-minas/>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

As charges ilustram nossa compreensão dessa desigualdade. Os/as jovens partem de experiências e lugares sociais muito diferentes. Os objetivos educacionais de famílias de jovens de classes alta e média são muito distintos daqueles de famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis, periféricas, faveladas, abandonadas. Cabe lembrar que os objetivos e desejos de um/a jovem, como de qualquer indivíduo, também são socialmente construídos, tendo como base o campo de possibilidades, como foi

discutido no Caderno “Juventudes e Projetos de Vida”. Enquanto a conclusão de um curso de graduação tende a ser comum para os/as primeiros/as, para os/as demais jovens a tentativa de acesso ao Ensino Superior requer grande investimento e esforço individual e, por vezes, familiar.

Em uma perspectiva ingênua, o sucesso escolar e mesmo a prosperidade estariam relacionados exclusivamente às aptidões e esforços individuais. “Basta se esforçar para conseguir”, dizem algumas pessoas. Esse tipo de fala advém de um conceito disseminado entre nós, o de meritocracia. Contudo, cada vez mais, temos observado e todos/as sabemos que, como bem evidenciam as charges acima, os pontos de partida são muito desiguais. Por isso não podemos classificar como “mérito individual” uma trajetória vista como de sucesso sem antes compreendermos o contexto, a história dos sujeitos. Da mesma forma, é precisamos refletir, ponderar para não culpabilizar aqueles/as que, de uma perspectiva meritocrática, são vistos/as como menos esforçados/das. Por vezes não nos atentamos, mas o esforço daquele/a que não alcançou o êxito no ingresso no Ensino Superior, pode ter sido maior e mais intenso que do/a jovem que foi aprovado/a, pois é preciso considerar as condições objetivas vivenciadas pelos indivíduos, em geral muito assimétricas, com níveis mais altos ou mais baixos de dificuldades a enfrentar.



### **Outros ângulos, cores e formas**

Você já parou para pensar por que temos proporcionalmente menos jovens de camadas populares no Ensino Superior se comparados aos/às de camadas médias ou altas, mesmo os/as primeiros/as sendo maioria? E sobre mérito e meritocracia? O programa Dois pontos exibido na TV UFMG, ao dialogar sobre a Lei de Cotas, traz uma interessante abordagem sobre essas questões. Que tal assisti-lo?

Programa Dois Pontos – Lei de cotas: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=1584&v=jG162USgH-o&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=1584&v=jG162USgH-o&feature=emb_logo)>.

Acesso em: 24 mar. 2022.

Muitas vezes o sujeito tende a se adequar, mesmo que de modo inconsciente, às condições objetivas, ao que é possível. Um passo importante é compreendermos que não se trata de falta de desejo, empenho ou capacidade, individualmente, mas sim de enxergar, de compreender que não há uma igualdade de oportunidade para todos/as os/as jovens. Enquanto algumas pessoas cursam a Educação Básica em uma escola de elite, têm sempre o melhor material a seu dispor, aprendem diferentes línguas e podem conhecer concretamente os lugares que estudam nas aulas,

além de todo um apoio e infraestrutura familiar favorável aos estudos, outras estão em escolas em que a falta de professores/as é frequente (devido a diferentes questões, dentre elas a precarização da carreira docente), os recursos materiais são limitados e o acesso a lugares para além do território de origem se configura como uma realidade distante. Além disso, há desafios de diversas ordens (escolares, familiares e sociais) que interferem diretamente no desempenho escolar. A charge a seguir, elaborada especialmente para este Caderno pela artista visual e professora de Arte Simone Lima, ilustra bem as diferenças de condições.

### Ensino Superior e desigualdades Educacionais



Fonte: © Simone Lima, 2021.

Quanto às formas de acesso, o Ensino Superior brasileiro tem passado por significativas alterações e há dificuldade, inclusive, em acompanhá-las. Tomemos como exemplo o acesso à informação. Por um lado, temos a *internet* como um dos principais veículos de informação, por outro, constatamos que o acesso a este importante meio informacional ainda se dá de forma limitada para a maioria dos e das jovens de camadas populares. Dessa forma, é importante pensarmos: quais jovens têm acesso irrestrito à *internet*? Quais têm o acesso limitado pela localização geográfica da sua moradia e/ou pela sua condição social? Para os/as que têm maior dificuldade de acesso, como isso repercute nas suas possibilidades de ingresso e permanência no Ensino Superior?

É importante dizer que a Educação a Distância (EaD) é uma das formas por meio das quais muitos/as jovens ingressam no Ensino Superior. Ela está presente tanto no setor público quanto no setor privado, neste último de modo mais amplo e arraigado e, muitas vezes, precariamente. De todo modo, é inegável que essa modalidade de ensino tem sido um importante instrumento na democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, ainda que permaneçam as assimetrias quanto ao tipo de instituição ou modalidade de ensino.

Sabemos que Jovens mais pobres ou que residem em regiões do interior do país, tendem a ter acesso limitado à *internet*.

O que pode, inclusive, dificultar o ingresso em um curso superior na modalidade a distância. Mas é interessante que, apesar dos desafios, é cada vez mais significativa a quantidade de jovens que mesmo em situações adversas conseguem ingressar em um curso superior no Brasil e transformar sua realidade.



### **Outros ângulos, cores e formas**

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC) brasileiro que tem por objetivo ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da Educação à Distância (EaD). Por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e com a ajuda da internet, muitos/as jovens de diferentes regiões do país podem ingressar nas instituições públicas de ensino.

Que tal conhecer um pouco mais a UAB e os cursos de graduação e pós graduação ofertados por universidades públicas na modalidade EAD no Brasil?

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/uab/uab>>.

## **O Ensino Superior como uma realidade mais próxima dos/as jovens de camadas populares?**

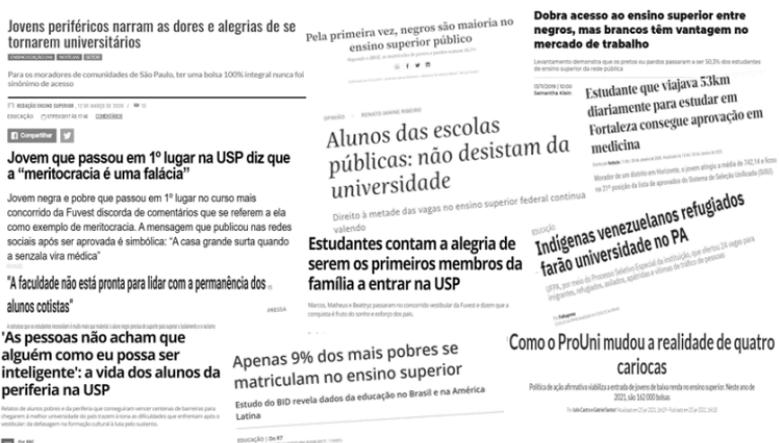
Que tal iniciarmos esta seção com um pequeno exercício reflexivo? Vamos lá? Quantas pessoas você conhece que têm mais de 60 anos e frequentaram o Ensino Superior? E com mais de 40 anos? Certamente, se você advém das camadas populares ou se observá-las, conseguirá contar nos dedos! Sabe por que isso acontece? Não é porque essas pessoas são incapazes, são pouco inteligentes ou não se esforçaram o suficiente, mas é simplesmente porque durante séculos, no Brasil e vários outros países, o Ensino Superior foi um privilégio de poucos/as e tinha como um dos seus objetivos manter a distinção social entre a elite e o “restante da população”.

Podemos dizer que, em nosso país, foi a partir de leis posteriores à ditadura civil militar dos anos 60/70, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que o acesso à educação passou a ser entendido como direito, o que abrange, inclusive, o Ensino Superior. Desde então, sucessivas reformas legislativas e mudanças organizacionais no sistema de Ensino Superior foram implementadas, visando incluir, dentre outros aspectos, grupos sociais antes excluídos.

Você pode estar se perguntando: mas quem são os/as excluídos/as? Por que são considerados excluídos/as? Uma boa ma-

neira de identificarmos os/as excluídos/as é observarmos como o acesso ao Ensino Superior por negros/as, pobres, indígenas e pessoas com deficiências geram admiração, surpresa, estranhamento ou mesmo questionamentos da nossa sociedade.

## Manchetes jornalísticas sobre acesso ao Ensino Superior



Fonte: elaboração própria a partir de reportagens veiculadas na *internet*, 2021.

A figura acima traz uma série de manchetes que destacam as desigualdades presentes no acesso e permanência no Ensino Superior no Brasil. Convidamos você a pensar junto conosco. Por que estes temas são manchetes ou adquirem destaque na mídia? O acesso ao Ensino Superior é democrático? É possível identificar

para quais tipos de cursos, de carreiras e de instituições os/as jovens de camadas populares se direcionam e por quê?

O ingresso de jovens negros/as, indígenas, com deficiência, LGBTQIA+ e imigrantes, mesmo com diversas políticas de ações afirmativas voltadas para este nível de ensino, ainda é algo incomum. Os desafios são muitos, mas felizmente a entrada na universidade de jovens que acumulam, em suas experiências de vida, múltiplas desigualdades, tem se tornado mais frequente. A entrada destes/as jovens se tornou possível pela pressão dos movimentos sociais sob os governos e políticos, sobretudo os movimentos de negros/as, de jovens, dos cursinhos populares, de educadores/as, de forças democráticas que se empenharam por tais conquistas. Eles geraram a criação e implementação de diversas políticas públicas voltadas à democratização do acesso e permanência dos mais pobres no Ensino Superior no Brasil, a partir do início dos anos 2000. Sendo assim, um “novo” público de estudantes passou a ingressar no Ensino Superior (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2011).

No setor privado, se destacam os programas Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), criado em 1999, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004. O Fies é um programa de financiamento de estudos com juros reduzidos para o qual os estudantes podem recorrer

quando não têm meios para arcarem com os custos das mensalidades cobradas pelas instituições. Já o Prouni é um programa que oferece bolsas de estudo integrais e parciais para jovens de baixa renda que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas ou em instituições privadas na condição de bolsista integrais em instituições privadas durante o Ensino Médio, além de haver uma sub reserva de bolsas para estudantes autodeclarados/as negros/as, indígenas e pessoas com deficiência.



### **Outros ângulos, cores e formas**

Desde sua implementação, o PROUNI já beneficiou mais de dois milhões de estudantes com bolsas de estudos. O Ministério da Educação mantém uma página na internet que permite conhecer mais sobre o Programa.

Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/#principal>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Outra forma de financiamento de estudos no ensino privado é através do Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES).

Disponível em: <<http://portalfies.mec.gov.br/>> Acesso em: 24 mar. 2022.

Já nas instituições públicas, duas importantes políticas nacionais precisam ser destacadas. A primeira delas, instituída em 2010, constitui-se uma plataforma informatizada por meio da qual muitas instituições públicas fazem a seleção dos/as candidatos/as ao Ensino Superior público, nomeado como Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Dentre outros aspectos, um dos objetivos com a implementação do Sisu foi diminuir os custos envolvidos no processo seletivo, tanto para as instituições, que não precisariam arcar com os custos dos vestibulares, quanto para os/as candidatos/as. Os/as candidatos/as com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem pleitear vagas em instituições diversas, inclusive aquelas distantes da sua residência, o que poderia favorecer os processos migratórios e conseqüentemente o intercâmbio cultural em nosso país.



### **Outros ângulos, cores e formas**

Quer conhecer um pouco mais sobre o funcionamento do Sisu? Acesse o *link* para conhecer como funciona o Sisu: <<https://sisu.mec.gov.br/#/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Mesmo para as instituições que não aderiram ao Sisu, a adoção da nota obtida no ENEM tem sido um importante instrumento para ingresso no Ensino Superior. Desta forma, podemos dizer que realizar o exame e obter uma boa nota é o primeiro passo para ingresso no Ensino Superior no Brasil, nos dias atuais.

Além do Sisu, para as instituições públicas federais temos ainda a Lei nº 12.711/12, nacionalmente conhecida como Lei de Cotas. Essa lei estabelece reserva de vagas por curso, para estudantes provenientes do Ensino Médio público, conforme discutiremos a seguir.

## **Um diálogo sobre as mudanças trazidas pela Lei de Cotas**

A Lei de Cotas, instituída após intensa luta dos movimentos negros, pode ser considerada um marco em nosso país quando se fala em políticas de acesso ao Ensino Superior. Você já ouviu falar sobre ela? Sabe como funciona? E os/as jovens com os/as quais você trabalha, será que conhecem e sabem como funciona essa legislação? Você sabe por que essa lei é tão importante?

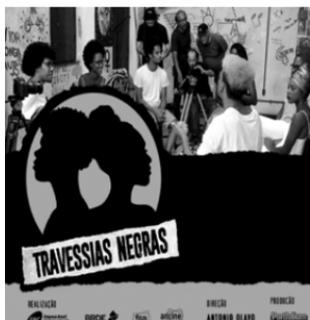
Essa Lei reserva pelo menos 50% das vagas por curso e por turno nas instituições públicas federais para estudantes oriundos/as de escolas públicas e dentro dessa reserva ainda estabelece

subcotas para diferentes segmentos sociais conjugando renda, identificação étnico-racial e, se houver, alguma deficiência.

É preciso lembrar ainda que são as escolas estaduais e municipais que recebem maior volume de estudantes de Ensino Médio, sobretudo, as estaduais, já que a legislação incumbe ao Estado oferecer esta etapa de ensino. Muitas vezes, essas escolas dispõem de menor investimento que as escolas federais, o que pode comprometer a qualidade do ensino. Desse modo, é interessante nos interrogarmos em quais condições os/as jovens estudantes de diferentes tipos de escolas competem para o acesso ao Ensino Superior. Para além disso, é importante percebermos como a classe social, a origem familiar e o tipo de escola frequentada estão associados ao desempenho dos processos seletivos para ingresso ao Ensino Superior. Os/as jovens são uniformizados e hierarquizados a partir das notas obtidas no ENEM, desconsiderando-se que desigualdades afetam fortemente o desempenho e muitas vezes colocando o baixo desempenho unicamente sobre o indivíduo. Daí a necessidade e importância das políticas de ações afirmativas.



### Focalizando imagens



Cartaz de divulgação da série Travessias Negras. Fonte: <https://www.facebook.com/travessiasnegras/>

Que tal conhecer as histórias de jovens negros e negras que ingressaram no Ensino Superior público e estão reescrevendo suas trajetórias e contribuindo para ampliar o campo de possibilidades dos seus grupos sociais? A série documental “Travessias Negras” (2017), do cineasta

Antônio Olavo, faz uma potente discussão sobre a inserção da população negra no Ensino Superior.

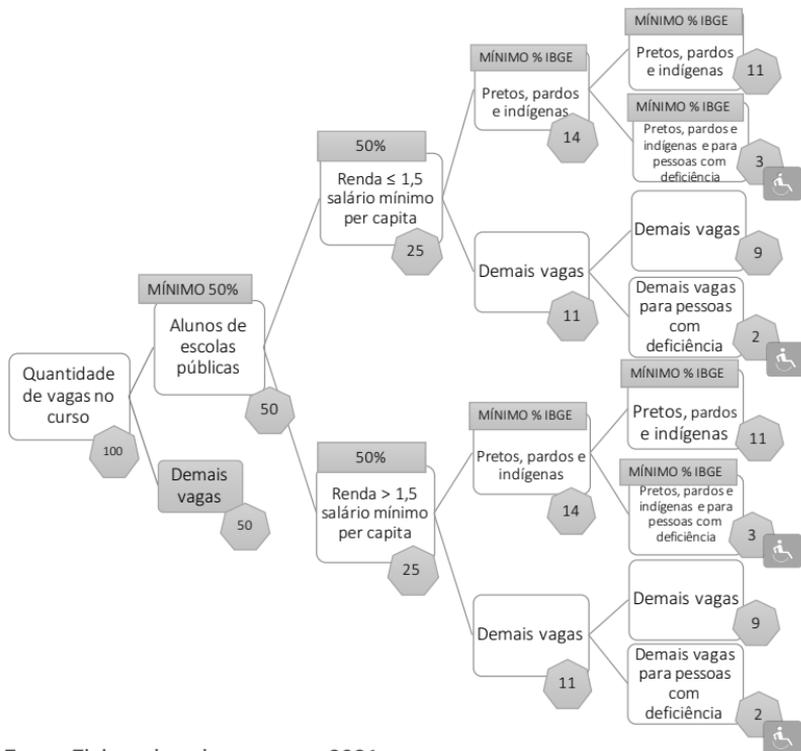
Para conhecer a série acesse: <<https://vimeo.com/search?q=travessias%20negras>> . Acesso em: 29 de março. 2022

Embora a Lei de Cotas não resolva a questão das desigualdades escolares no Ensino Superior, antes dela, determinados cursos das instituições federais, considerados mais seletivos e prestigiosos, demarcavam ainda mais a desigualdade social pre-

sente em nossa sociedade, pois apenas alguns poucos grupos, privilegiados, os frequentavam.

Tendo como referência a composição étnico racial do estado de Minas Gerais, elaboramos um fluxograma que permite ilustrar a distribuição das vagas em uma universidade pública federal, após a implementação da Lei de Cotas. Tomemos como exemplo um curso em que hipoteticamente ingressam 100 estudantes a cada processo seletivo. Como pode ser observado na figura a seguir, neste grupo teremos pelo menos 28 estudantes pretos/as, pardos/as ou indígenas e destes pelo menos 14 terão renda per capita de até 1,5 salários mínimos. Realidade muito distinta daquela que configura o perfil geral do/a estudante que ingressa no Ensino Superior e ainda muito diferente daquela encontrada antes da Lei de Cotas nas instituições federais, em cursos como Medicina, Odontologia, Arquitetura, Direito e algumas engenharias, nos quais havia e ainda existe uma maioria de estudantes brancos/as e com maior poder aquisitivo, embora um pouco menor do que antes das cotas.

## Fluxograma ilustrativo da distribuição das vagas por curso após a Lei de Cotas



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Em síntese, a Lei de Cotas, passou a garantir um acesso mínimo de estudantes provenientes de escolas públicas, de baixa renda, negros/as, indígenas e/ou com deficiência a instituições públicas de Ensino Superior, gerando importantes mudanças no cenário do Ensino Superior pública brasileira (FREITAS *et al*, 2020),

ainda que ela não resolva as desigualdades escolares, associadas às desigualdades sociais. Mesmo sendo insuficiente para a reparação da histórica dívida da sociedade brasileira para com estes grupos, trata-se de uma lei de grande importância e impacto social.



### Focalizando imagens

A Lei de Cotas representa um grande marco na democratização do acesso ao Ensino Superior no país. A atuação do movimento negro teve importante papel na criação e implementação de ações afirmativas voltadas para a educação e de combate ao racismo. Acesse para conhecer mais sobre a Lei de Cotas e sua importância:

**Lei 12.711/12** - <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2022.

**Entenda as cotas:** <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

**“A democratização do Ensino Superior promovida pela Lei de Cotas”** (UFJF) - <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/09/09/a-democratizacao-do-ensino-superior-promovida-pela-lei-de-cotas/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Indicamos também pesquisas acadêmicas que evidenciam, por meio de dados empíricos, que ao contrário do que ainda se argumenta, o desempenho de cotistas e não cotistas tende a ser semelhante na maior parte dos cursos e instituições de Ensino Superior. Dessa forma, não procede a afirmação sobre diminuição da qualidade.

FERREIRA, André *et al.* Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas em uma universidade pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.I.], v. 36, n. 3, p. 1297-1314, nov. 2020. ISSN 2447-4193.

Disponível em: <[doi:https://doi.org/10.21573/vol36n32020.101627](https://doi.org/10.21573/vol36n32020.101627)>. Acesso em: 24 mar. 2022.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. **Sociedade e política collection**. ISBN: 978-65-990364-7-7.

Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786599036477>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ARAÚJO, Glaysson Aguiar de. **Ações Afirmativas e Desempenho Discente Contábil: Uma Análise Longitudinal com Estudantes da UFMG**. (dissertação de mestrado). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

Não obstante, junto às políticas de acesso, torna-se necessário estimular um debate acerca do estabelecimento de políticas mais robustas de permanência. Aos novos públicos que ingressam no Ensino Superior são delegadas a aquisição de competências culturais e intelectuais para, como apontando por Alain Coulon (2017, p.1242), sociólogo francês, “se tornarem profissionais em seus estudos”, o que implica, ainda segundo o autor, o estabelecimento de “uma verdadeira aprendizagem prática” das lógicas acadêmicas, mas poucos ainda são os suportes ofertados.

Como discutido pelo sociólogo François Dubet (2015), não há uma resposta pronta para o que pode ou não dar certo, quando se questiona sobre alternativas para maior inclusão. Por isso, a necessidade de um olhar atento para o contexto a fim de se propor alternativas viáveis de democratização. Se por um lado, não podemos desconsiderar que existe uma hierarquia das profissões que se produz nos cursos superiores, por outro, é importante nos atentarmos para as fissuras e mudanças que novos sujeitos, com diferentes corpos e saberes, que ingressam nas instituições de Ensino Superior têm provocado. Se a estrutura social nos oferece a reprodução das desigualdades, precisamos inovar e buscar alternativas mais justas baseadas no acolhimento, na equidade, no afeto.



### **Juntando imagens e reflexos**

A possibilidade de reflexão sobre o acesso ao Ensino Superior indica que temos produzido avanços rumo à sua democratização. Este texto foi uma escolha pela esperança, que se traduz em nossa crença na mudança para uma sociedade menos desigual, com mais igualdade de oportunidade. Uma sociedade em que a classe social, a identidade racial, a sexualidade, a localização territorial e o gênero não sejam definidores dos desejos e projetos dos/das jovens. Precisamos conjecturar alternativas para desconstruir as realidades que são impostas aos/às jovens com os quais trabalhamos e a nós. Este é o nosso convite a você, leitor/a, a quem sugerimos alguns exercícios apresentados a seguir. Vamos lá?



## Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir

Após a leitura deste Caderno, convidamos você para alguns exercícios em relação à temática aqui apresentada. Para este exercício, pedimos que assista ao filme “Que Horas Ela Volta?”, escrito e dirigido por Anna Muylaert, lançado no ano de 2015.



Fonte: Material de divulgação do filme

Este longa-metragem brasileiro evidencia diversos mecanismos que contribuem para manutenção das desigualdades, e mesmo que de modo secundário, aponta também para vivências distintas da juventude. Ao mostrar as expectativas de ingresso no Ensino Superior de dois jovens - uma jovem nordestina que se muda para a cidade grande para fazer o vestibular para arquitetura e um jovem de classe alta, que também vai fazer o vestibular para a mesma instituição e curso -, o filme nos dá pistas dos desafios referentes

ao acesso e permanência no Ensino Superior nos diferentes meios sociais.

Dito isso, e a partir dessa pequena narrativa sobre o filme, anote em um papel sua resposta para as questões que serão apresentadas. Considerando as desigualdades de classe, de gênero e territoriais, como ficam suas expectativas sobre a obtenção de êxito no vestibular para os dois jovens? Por quê? Que expectativas futuras você teria para a jovem depois do resultado do vestibular? Por quê?

Assista ao filme e veja se suas hipóteses se confirmaram ou não (você pode assistir também com os/as estudantes). Em que medida o perfil destes dois jovens dialoga com os/as jovens que você trabalha? Quais semelhanças podem ser percebidas?

Estas questões apontam a necessidade de estarmos atentos/as ao lidarmos com expectativas de ingresso no Ensino Superior. Quantos jovens em situação parecida (expectativas de futuro, condições de estudos, situação familiar e de moradia) como a da jovem você conhece?

Considerando que a situação dos jovens retratados no filme não se distancia muito da realidade, que tal conhecer os interesses dos/das jovens com os quais atua? Um simples diálogo pode contribuir para ampliar horizontes e/ou trabalhar incertezas. Que tal começar perguntando aos/às jovens com os/as quais você atua: eles/as têm interesse em cursar o Ensino

Superior e por quê? Que opiniões possuem sobre o Ensino Superior? O que sabem sobre o processo seletivo? E sobre a gratuidade do Ensino Superior público ou bolsa estudantil no Ensino Superior privado? Que opiniões têm acerca da política de cotas? Que percurso pretende seguir para inserção na universidade (cursinho, estudar por conta própria)? Que incentivos recebe? Como a família percebe o interesse ou não de ingresso no Ensino Superior? Em que essas narrativas contribuem para a melhoria do seu trabalho com os/as jovens? E para eles/as? O que eles/as dizem sobre esses momentos de escuta?

O filme é bem instigante e nos indica o futuro como uma possibilidade a ser construída (FREIRE, 2014). Você pode pedir aos/às jovens que escrevam sobre isso, sobre seus planos educacionais e os desafios que imaginam ter que enfrentar. O trabalho com narrativas pode propiciar, para além da construção de um entendimento sobre a inserção no Ensino Superior, o autoconhecimento e a reelaboração de experiências e expectativas. Quem sabe a partir deste espaço de diálogo possam surgir novas ideias e projetos com narrativas de jovens e suas expectativas quanto à universidade?

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. *Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI*. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)> Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, seção 1, p. 1-2, 30/08/2012. Brasília, DF, 30 ago. 2012b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010*. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON Jean- Claude. *Los herderos: los estudiantes y la cultura*. Editorial Labor, Barcelona, [1964] 2014.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022017000401239&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401239&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

DUBET, François. Qual democratização do Ensino Superior? *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-266, ago. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000200255&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000200255&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. *A ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro*:

Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, pp. 1-20. 2011.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Jefferson B. de; PORTELA, Poema E.; FERES JÚNIOR, João; BESSA, Águida; NASCIMENTO, Vivian. As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018). *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, 2020, p. 1-33.







OBSERVATÓRIO DA  
JUVENTUDE DA UFMG

FaE  
*Faculdade de Educação*

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS